

Belém Mairi: uma tradição inventada

Belém Mairi: An Invented Tradition

Márcio Couto Henrique*,¹

RESUMO

O artigo analisa a fabricação do mito de que os Tupinambá chamavam de Mairi as terras que, depois da colonização portuguesa, foram denominadas Belém do Pará. A pesquisa em dicionários de época e obras de viajantes revelou que os Tupinambá associaram os franceses a seus antigos caraíbas (profetas), tidos como pessoas que faziam coisas maravilhosas. Por essa razão, os franceses foram chamados de Mairs, e os espaços que eles ocupavam, de Mairi. Portanto, a existência de uma cidade primordial Tupinambá chamada de Mairi constitui um mito de origem que se afirma contra a evidência documental.

Palavras-chave: Mito de origem; Mairi; Belém do Pará.

ABSTRACT

This article analyzes the fabrication of the myth that the Tupinambá referred to as Mairi, the lands that, after Portuguese colonization, came to be called Belém do Pará. Research in period dictionaries and travelers' accounts revealed that the Tupinambá associated the French with their former caraíbas (prophets), who were regarded as capable of performing marvelous deeds. For this reason, the French were called Mairs, and the territories they occupied were called Mairi. Therefore, the existence of a primordial Tupinambá city called Mairi constitutes an origin myth that contradicts documentary evidence.

Keywords: Origin myth; Mairi; Belém do Pará.

AURÉOLAS LENDÁRIAS PARA BELÉM

Mitos de origem de cidades são narrativas que explicam o surgimento ou a fundação de determinado local, muitas vezes atribuindo a esses eventos um caráter sagrado ou lendário. Eles ajudam a criar um senso de pertencimento e de identidade para os habitantes da cidade, pois respondem a perguntas como “de onde nós viemos?” ou “quem somos nós?”. Em outro plano, essas narrativas também podem servir para justificar a autoridade e o controle ou posse de determinado

* Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. marciocouto@ufpa.br <https://orcid.org/0000-0002-0170-5315>

território. Vejamos o que disse o geógrafo Eidorfe Moreira (1912-1989) a respeito da cidade de Belém do Pará:

como quase todas as cidades brasileiras, Belém brotou diretamente da paisagem e da história. Não teve auréolas lendárias nem rituais premonitórios. Seu fundador não é um herói mítico, nem sequer um grande capitão; é uma figura comum das crônicas históricas. A não ser certas evocações natalinas – o nome da cidade e o do primitivo forte – nenhuma outra circunstância ou simbolismo poetiza as origens da capital paraense. Também não tem títulos honoríficos nem antonomásias gloriosas: não é nenhuma “invicta”, “heróica”, “luminosa”, “santa”, etc., como tantas outras na história (1966, p. 13).

Com isso, Eidorfe Moreira (1912-1989) não pretendia diminuir a importância de Belém, cidade que ele considerava “a base, o fulcro, o centro de irradiação” (1966, p. 16) de toda a conquista territorial portuguesa. O autor queria apenas destacar as razões geopolíticas que motivaram sua fundação e a ausência de “auréolas lendárias” em torno desse ato. Mais recentemente, a história, ou, mais precisamente, um historiador, preencheu essa ausência. Nesse artigo, pretendo analisar a fabricação do mito de que os Tupinambá chamavam de Mairi as terras que, depois da colonização portuguesa, vieram a ser denominadas Belém do Pará. A presente reflexão pretende contribuir para os estudos sobre os usos públicos e políticos da história e sobre a função social do historiador.

De 2019 para cá, a palavra Mairi começou a denominar eventos científicos, cursos de formação, exposições, músicas, campanhas publicitárias, matérias de jornais, intervenções artísticas, artigos acadêmicos, grupos de estudo, estabelecimentos comerciais, entre outros, na cidade de Belém. O primeiro a divulgar a informação de que Mairi teria sido o nome primordial de Belém, atribuído pelos Tupinambá, foi o historiador Aldrin Moura de Figueiredo. Segundo ele,

antes da chegada dos portugueses, em janeiro de 1616, os Tupinambá chamavam de Mairi o local onde hoje está o núcleo urbano de Belém. O antropólogo Manuel Nunes Pereira (1892-1985) registrou, no seu compêndio de narrativas indígenas Moronguetá, que os índios do Rio Negro, na primeira metade do século XX, guardaram na memória um nome que vinha desde os tempos coloniais – Mairi. O termo já havia sido registrado em outros compêndios e vocabulários amazônicos. O conde Ermanno Stradelli (1852-1926), conhecido folclorista, fotógrafo viajante ítalo-brasileiro, que realizou expedições à Amazônia nas últimas décadas do século XIX recolhendo relatos de mitos dos povos indígenas, em especial entre os Uanana, anotou o termo Mairi, no vernáculo nheengatu, como

sendo “cidade”, e seus habitantes como “mairiuára” e “mairipora”. O médico Alfredo Augusto da Matta (1870-1954), por sua vez, no seu Vocabulário Amazonnense, dá ao termo Mairi o significado de “velha” (2019, p. 22).

Trata-se de uma narrativa que confere a Belém uma espécie de *Fiat lux*, que dá aos belenenses um sentido de identidade e de pertencimento original, primeiro, que apresenta uma circunstância ou um simbolismo que poetiza as origens da capital paraense. É como se a chegada dos portugueses tivesse interrompido o fluxo histórico da cidade dos Tupinambá, como se seu destino original tivesse sido usurpado, posto em suspenso, o que funciona como convocatória para a realização de uma espécie de justiça histórica, uma retomada de retorno às origens, envolvendo Belém aos seus verdadeiros donos, em torno de um mito consolador. Conforme o autor, “a cidade tupinambá foi esquecida na memória da cidade lusitana, de alma portuguesa, de esquadro ibérico” (Figueiredo, 2019, p. 26).

Deve-se pontuar que o capítulo “Mairi dos Tupinambá e Belém dos portugueses: encontro e confronto de memórias”, de Aldrin Moura de Figueiredo, foi publicado em uma coletânea intitulada *O imenso Portugal: estudos luso amazônicos* (2019), que reúne reflexões sobre as relações históricas entre Portugal e a Amazônia. O capítulo de Figueiredo apresenta uma importante contribuição para nossa compreensão acerca do protagonismo nativo nos anos iniciais da história de Belém, enfatizando as marcas indígenas, especialmente concernente aos Tupinambá, na paisagem da cidade. Conforme aponta o autor, seu objetivo é analisar alguns momentos que ele considera “cruciais para a percepção da construção histórica da cidade de Belém, como espécie de ‘centro’ convergente da Amazônia, como paisagem cultural do Norte do Brasil, desde a cidade indígena que nunca se consolidou até a presente memória nostálgica da *belle époque* equatorial” (2019, p. 21). Apesar disso, o referido capítulo apresenta uma informação que não encontra respaldo na documentação histórica que o autor utilizou como base, nem em outras fontes documentais. E, justamente essa informação, a de que Mairi seria o nome primordial da capital do Pará, tem sido utilizada como espécie de mito fundador da cidade, com diversos usos públicos dessa leitura contemporânea do passado de Belém.

Fui, então, ler os autores em que Figueiredo se baseou para sustentar sua afirmação. O primeiro deles é o antropólogo Manuel Nunes Pereira (1892-1985), que, em *Moronguetá*, afirma o seguinte:

MAIRI: É o nome que os indígenas do rio Negro, principalmente, davam a Belém, capital do Estado do Pará, durante o regime colonial, o que é confirmado

por Stradelli no seu Vocabulário. MAIRI, em *nheengatu*, segundo esse autor, quer dizer cidade; Alfredo da Mata acha que Mairi quer dizer velha.

Velha, no tupi de Montoya, é Tuya: Tuya bae, velha, em *nheengatu*, é uaimi.

Numa conferência realizada, em 1935, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, o Eng. Abílio Augusto do Amaral citou este conceito do engenheiro e geógrafo Henrique Santa Rosa: “Fundadas razões tinham pois os nossos indígenas quando denominaram o sítio que Francisco Caldeira Castelo Branco encontrou para local da cidade, de MAIRI.”

MAIRI, segundo Theodoro Sampaio, era nome dado pelos Tupis às cidades e povoações dos franceses, depois da Conquista.

A cidade de Olinda era, analogamente, Mairi, nome este que é a forma contracta de “mair” – “reya” e significa reunião de “mair”, ajuntamento de europeus, franceses, principalmente (1980, pp. 394-395).

Note-se que Nunes Pereira afirma que Mairi era o nome que os indígenas do rio Negro davam a Belém “durante o regime colonial”, não antes da chegada dos portugueses. Longe de registrar que os indígenas do rio Negro guardaram na memória essa informação, o autor remete ao conde italiano Ermanno Stradelli (1852-1926), para quem Mairi significa “cidade”. Note-se, ainda, que ele registrou um trecho da conferência realizada pelo engenheiro Abílio Augusto do Amaral, em 1935, na qual este se referiu à afirmação de Heleno Santa Rosa, segundo o qual o que os indígenas chamavam de Mairi era o local da cidade, não o espaço anterior à chegada dos portugueses. Pereira também remete a Theodoro Sampaio (1855-1937), que dizia que Mairi “era nome dado pelos Tupis às cidades e povoações dos franceses, depois da Conquista”. Além disso, o autor indica que “a cidade de Olinda era, analogamente, Mairi, nome este que é a forma contracta de ‘mair’ – ‘reya’ e significa reunião de ‘mair’, ajuntamento de europeus, franceses, principalmente” (1980, p. 395). Curiosamente, Aldrin Figueiredo citou apenas o trecho em que Nunes Pereira afirma que Mairi era o nome que os indígenas do rio Negro davam a Belém durante o período colonial, deixando de citar os demais trechos em que o autor indica que essa palavra era utilizada para se referir às cidades ou aos espaços ocupados por franceses.

A segunda fonte de informação de Aldrin Figueiredo é o conde Ermanno Stradelli (1852-1926), que em nenhum momento de sua obra afirma que Mairi era o nome anterior de Belém. Diz ele: “Mairi – Cidade. Já se disse por antonomásia de Belém do Pará” (1929, p. 510). Antonomásia, metonímia de Belém do Pará, não nome anterior da cidade. Por outro lado, Stradelli traduz “mairipóra” como “morador da cidade”, “Mairisáua” como “condição de cidadão” e “Mairiúara” como o

“que é, que pertence à cidade. Cidadão” (1929, p. 510). Cidade, não aldeia, não taba, não terra de Mairi.

A terceira fonte de pesquisa de Aldrin Figueiredo é o médico Alfredo Augusto da Matta (1870-1954). Nesse caso, a fonte citada não associa Mairi ao nome anterior de Belém, mas Figueiredo afirma o seguinte: “interessante notar que a junção dos dois usos para a palavra Mairi conforma exatamente o nome do bairro que abriga atualmente o centro histórico de Belém – Cidade Velha. Não é por acaso” (2019, p. 22). Assim, se Alfredo Augusto da Matta aponta que Mairi significa “velha” e não Belém ou cidade, Figueiredo recorre ao nome do bairro mais antigo de Belém, Cidade Velha, de modo a reforçar o sentido que ele atribui à palavra Mairi, como nome do antigo lugar de moradia dos Tupinambá. Conforme vimos mais acima, Nunes Pereira também afirmou que “Alfredo da Matta acha que Mairi quer dizer velha”, ao passo que apontava outras palavras para o termo velha, como Tuyá, no Tupi, e Uaimi, em nheengatu (1980, p. 394). Não consegui localizar a obra de Alfredo da Matta citada por Figueiredo. Na edição que encontrei do *Vocabulário amazonense: contribuição para o seu estudo*, não consta a palavra Mairi, mas o autor indica a palavra “Marituba” como sendo cidade (1939, p. 217), e “mayri-oara morador da cidade” (1939, p. 217). O fato é que nenhum dos autores citados por Aldrin Moura de Figueiredo sustenta a afirmação de que Mairi era o nome original de Belém. Para os autores que ele cita, Mairi significa cidade, povoação dos franceses, ajuntamento de europeus e, tudo isso, “depois da Conquista”.

Torna-se ainda mais difícil sustentar a ideia de que Mairi era o nome anterior de Belém quando se percebe, na documentação histórica, que essa palavra era utilizada para se referir a vários outros lugares espalhados pelo Brasil. Descrevendo sua passagem pelo litoral pernambucano, em 1558, Hans Staden (1525-1576) afirmou que “aí os portugueses tinham estabelecido uma colônia chamada Marim” (Staden, 1900 [1557], p. 18). A colônia era a vila de Olinda. Segundo Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), considerado o “Pai da História” no Brasil, Mairi “queria como dizer ‘água ou rio dos franceses’” (1877, p. 173). Em nota, o autor acrescentou: “Marim se disse pela adulteração portuguesa. Aos franceses chamavam os índios *Mair*” (1877, p. 173). Em 1954, um periódico comemorava o aniversário da cidade de São Paulo (fundada em 1554, portanto, 62 anos antes de Belém), com essas palavras: “Salve, Mairi Piratininguára!” (Quatrocentos anos..., fev. 1954, p. 1). Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), que fez uma vasta pesquisa para explicar por que os indígenas chamavam os franceses de *mair* e os portugueses de *perós*, dizia que “pontos com a defeituosa denominação de Marim, indicando portos ou lugares frequentados por navegantes franceses, não são escassos em nosso litoral desde a foz do rio de São Francisco até o Maranhão” (1878, p. 81). Na

Bahia, existia um lugar chamado Mairapé, “caminho de branco” (Almeida, 1878, p. 83). Nas províncias de Alagoas e Pernambuco, o porto dos franceses recebia a denominação de Mairi, “porto ou aguada dos franceses” (Almeida, 1878, p. 86). Segundo o autor,

o mesmo sucedia no Pará, porquanto a sua capital, a cidade de Belém, era o assento de uma aldeia Tupinambá, *mui frequentada pelos franceses*, maxims depois do seu estabelecimento na ilha do Maranhão, pelo que, *como Olinda, era chamada também Mairy* e continuou a ser assim tratada durante largos anos pelos indígenas e população campesina das circunvizinhanças. É por essa causa que na linguagem dos indígenas do Pará e do Amazonas, Mairy veio a significar a cidade e Mairyguára o que ali reside, o cidadão (Almeida, 1878, pp. 86-87, grifos meus).

Mais um testemunho documental de que Mairi não era o nome anterior de Belém, mas sim um nome atribuído aos espaços frequentados pelos franceses. Cândido Mendes de Almeida lembra um dado importante: “para os povoados, os nossos indígenas não tinham outra expressão senão *taba* que com o *assú* ou *miri* podiam dar ideia de maior ou menor importância da povoação. O Mairy não dava a ideia que se ligou no Pará a esse vocábulo” (Almeida, 1878, p. 87). O autor também diz que os Tupinambá chamavam os franceses de Mair “por supô-los descendentes de um dos seus antigos progenitores, conforme sua teogonia, Mairé-Monan, Maíre, o antigo ou o divino” (1878, p. 76). Em 1886, von Steinen (1855-1929) registrou o uso do sufixo “assú” para denominar uma aldeia grande criada pelos holandeses no rio Xingu: “em 1625, perto de sua foz, entre os rios Pery e Acaray, estabeleceram uma fortificação, sob o nome de Mariú assú, grande cidade, ainda hoje lembrada pelos habitantes locais” (1886, p. 2). Nesse sentido, a busca pela forma como os indígenas denominavam determinadas regiões, tais como Belém, o Brasil ou a América antes do contato, satisfaz necessidades memorialistas ou interesses políticos do tempo presente, não sendo essa uma prática comum entre as populações nativas.

O DOMÍNIO DO MITO É O IMAGINÁRIO

Para apresentar a dimensão indígena da capital paraense em seus primórdios, Aldrin Figueiredo se baseia, em grande parte, no livro *Belém e sua expressão geográfica* (1966), de Eidorfe Moreira (1912-1989). De fato, Moreira afirma que Belém era, em seu princípio, “indígena como *urbs*, pelo menos no que respeita a

certos aspectos da sua edificação, portuguesa como *civitas*, como organização social e administrativa” (1966, p. 34). Segundo o autor, “Belém era inicialmente mais Tupinambá do que portuguesa. A cidade vivia de certo modo em função do índio, do índio na qualidade de trabalhador braçal, de caçador, de pescador e de canoeiro; com o índio surgiu a classe obreira e a escravatura, base de toda a riqueza pública e privada” (1966, p. 34).

De todo modo, se Eidorfe Moreira enfatiza a paisagem cultural indígena dos primórdios de Belém, ele não faz qualquer referência à palavra Mairi na obra *Belém e sua expressão geográfica* (1966). Vimos, mais acima, que Nunes Pereira apontou autores que afirmavam que Mairi era nome atribuído a Belém durante o regime colonial, e que significa cidade. Da mesma forma, em nenhum momento da obra desse autor, ele diz que, quando falava de Belém, os indígenas falavam da Mairi dos tempos coloniais, nem explícita, nem implicitamente.

A partir da leitura inicial das fontes citadas por Aldrin Figueiredo, ampliei a pesquisa, em busca de outras obras que fazem referência à palavra Mairi. Especialmente, que indicam seu significado. Assim, consultei um total de 35 obras, entre dicionários de tupi e relatos de viajantes, do século XVI ao XX. A referência mais antiga a respeito da palavra Mairi é encontrada no registro de viagem de Hans Staden, de forma muito pontual, conforme vimos mais acima, ao se referir a “uma colônia chamada Marin” (Staden, 1900, p. 18). Depois dele, a palavra apareceu no relato de viagem de André Thevet (1516-1590), frade franciscano que esteve no Brasil por poucos meses, entre 1555 e 1556, acompanhando uma expedição de calvinistas franceses que tentavam estabelecer a chamada França Antártica. A primeira impressão de sua obra, *Singularidades da França Antártica*, é de 1557. Thevet relata que, ao visitar a aldeia do morubixaba Pindahuçu, este perguntou a ele “o que aconteceria, após a morte, às almas dos *mairs*. Respondi-lhe que iriam para a companhia de Tupã, no que acreditou facilmente” (2018 [1557], p. 227). Pindahuçu, portanto, fazia uso da palavra *mairs* para se referir aos franceses.

Em outro trecho, Thevet registra que, inicialmente, os indígenas chamaram os europeus de caraíbas, como eles denominavam seus “profetas ou semideuses”. Depois, passaram a chamá-los, por desprezo, de *mairs*, que Thevet associava, equivocadamente, a “um dos seus antigos, mas detestados profetas” (2018, p. 186). Conforme nota de rodapé da edição brasileira de *Singularidades da França Antártica*, o autor se enganou ao supor que o nome *mair* tivesse uma significação pejorativa:

Mair era o apartado, o solitário, o que vivia distante. Os apelidos davam os selvagens aos franceses e espanhóis, “não só por procederem de longínquas terras,

como porque os equiparavam, pelas suas qualidades e superioridade, aos seus feiticeiros, chamados pajés ou caraíbas, os quais levavam vida solitária no recesso das matas, nas cavernas das montanhas distantes” (T. Sampaio, O tupi, p. 243) (Thevet, 2018, p. 186).

Em sua obra *A cosmografia universal*, Thevet afirma que a palavra *Mair* vem da associação que os Tupinambá fizeram dos franceses com uma entidade presente na cosmologia desses indígenas, que se chamava Maire, também chamado de Maire-Monan, filho de Irin-Magé, o único que sobreviveu ao fogo que Monan enviou à terra, a fim de punir os homens por viverem na desobediência, e porque passaram “a viver desordenadamente” (2009 [1575], p. 50). Monan era o ente “ao qual atribuem as mesmas perfeições que atribuímos a Deus, dizendo-o sem começo nem fim, existindo desde toda a eternidade, criador do céu e da terra, das aves e animais que aí habitam” (2009, p. 49). Maire-Monan recebeu esse nome por causa das obras maravilhosas que ele fazia. Ele era o ente transformador, o que fazia coisas extraordinárias, sendo considerado um grande caraíba. De acordo com Thevet,

A palavra Maire, em língua selvagem, significa “transformador”, uma vez que o personagem em causa era hábil em transformar uma coisa em outra; quanto a Monan, significa “velho” ou “antigo”. Aplicado ao grande caraíba, o vocábulo significa “imortal”, visto que o grande Monan, que fez descer o fogo do céu sobre a terra, não tem começo nem fim (2009, p. 51).

Eis, portanto, a explicação para o fato de Alfredo Augusto da Matta ter registrado o termo *Mairi* com o significado de “velha”, sem qualquer relação com o bairro da Cidade Velha, conforme sugeriu Aldrin Figueiredo. Em seguida, diz Thevet:

por consideração para com o segundo Monan, admirável entre os homens, já multiplicados na face de terra, os que faziam coisas mais maravilhosas e maiores que os outros eram chamados indiferentemente Maire, como herdeiros e sucessores de Maire-Monan, assim como outrora entre os gregos aqueles que se distinguem em qualquer terreno eram chamados “heróis”, de onde veio a expressão “virtude heróica”. Essa palavra *Maire* foi usurpada até o tempo do dilúvio, que eles dizem ter sido universal, para aqueles que eram raros em obras; *de maneira que, vendo agora que sabemos mais que eles, e que nossas lições lhes parecem admiráveis, dizem que somos os sucessores e verdadeiros descendentes de Maire-monan*, que sua verdadeira raça se instalou em nossas terras, e que eles estão privados dela por causa do dilúvio e por terem sido maus para com o segundo Maire-

-monan, contra o qual de tal forma se indignou o povo por transformá-los em diversas formas de animais (Thevet, 2009, p. 52, grifos meus).

A explicação de Thevet é bastante evidente: os Tupinambá chamaram os franceses de Maires por verem que estes faziam coisas que lhes pareciam maravilhosas, extraordinárias, por acreditar que os franceses sabiam mais que eles e que, portanto, deveriam ser “os sucessores e verdadeiros descendentes de Maire-monan”. Portanto, Mair era a denominação dada aos franceses, e Mairi, aos pontos que eles frequentavam.

O francês Jean de Lery, que visitou o Brasil em meados do século XVI, fez várias referências a essa palavra. Em uma delas, disse ele que ouviu de um “velho” Tupinambá:

Certamente tendes dito maravilhas, e cousas mui bonitas, que nunca tínhamos ouvido; todavia a vossa arenga faz-me recordar o que muitas vezes ouvimos os nossos avós repetir, isto é, que desde muito tempo e desde certo número de luas, que não podemos conservar na memória, *um Mair*, isto é, *Francês ou estrangeiro*, vestido e barbado, como alguns de vós, veio a este país, e para os persuadir à obediência do vosso Deus, falou-lhes a mesma linguagem, que agora nos dirigis; mas, conforme ouvimos de pais a filhos, nossos avós o não acreditaram (1889 [1578], p. 286, grifos meus).

O relato corrobora a associação que os Tupinambá fizeram dos franceses com seus antigos Caraíbas, aqueles que dizem e fazem maravilhas. A narrativa do velho Tupinambá inseria os franceses, Maires, em sua cosmologia, atualizando a história. Um Mair, ou seja, um francês ou estrangeiro.

É interessante perceber como a associação entre franceses e Mair era feita justamente pelos Tupinambá mais velhos. Quando queriam ter acesso às desejadas miçangas, os Tupinambá diziam: “*Mair, deagotorem arnabe morabi*, isto é: — Francês, tu és bom, dá-me dos teus braceletes de contas de vidro” (Lery, 1889, p. 190, grifos do original). O poema Caramuru, de 1781, faz referência à palavra Mair, saudando o naufrago português Diogo Álvares Correia com a expressão “Mas *mair ma apadu* de longe explicam. E bem vindo o estrangeiro significam” (1781, p. 65, grifos do original). Note-se que mair, no poema, é o estrangeiro, saudado com a expressão *mair ma apadu*, utilizada pelos indígenas para demonstrar que o Caramuru era bem vindo.

Não existe, portanto, base documental para afirmar que Mairi era o nome anterior, original, de Belém. Mas, conforme demonstrou José Murilo de Carvalho ao analisar a construção do mito Tiradentes, para a fabricação e perpetuação de mi-

tos, isso não importa. O confronto entre mito e história permitirá lembrar que a formação do mito pode dar-se contra a evidência documental, pois “o domínio do mito é o imaginário” (Carvalho, 1995, p. 58).

Tabela 1: Significado da palavra mairi em diferentes autores

	Autor	Data	Significado de Mair/Mairi
1	Hans Staden	1557	Cidade
2	André Thevet	1558	Francês
3	André Thevet	1575	Francês
4	Jean de Lery	1578	Francês
5	Anônimo	1750	Cidade
6	Anônimo	1756	Cidade
7	Anônimo	Séc. XVIII	Cidade
8	Fr. José de Santa Rita Durão	1781	Estrangeiro
9	Padre Manoel Justiniano de Seixas	1853	Cidade
10	João Joaquim da Silva Guimarães	1854	Cidade
11	Antonio Gonçalves Dias	1854	Cidade
12	Antonio Gonçalves Dias	1858	Cidade
13	Francisco Raimundo Correia de Faria	1858	Cidade
14	Roberth Southey	1862	Francês
15	Carl Friedrich Philips von Martius	1863	Cidade
16	José Vieira Couto de Magalhães	1876	Cidade
17	Sympson	1877	Cidade
18	Karl von den Steinen	1886	Cidade
19	M. De Carvalho	1895	Cidade
20	Theodoro Sampaio	1901	Cidade
21	Parissier	1903	Cidade
22	Kissemberth	1916	Branco, cristão
23	Henrique Jorge Hurley	1931	Cidade

24	Juan Francisco Recalde	1937	Cidade
25	Alfredo da Matta	1939	Cidade
26	Frei Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão	1947	Cidade
27	Pe. Antonio Lemos Barbosa	1951	Cidade
28	Revista do Professor – matéria avulsa	1954	Cidade
29	Herberth Baldus	1970	Cidade
30	Max H. Boudin	1978	Cidade
31	Oberdan Masucci	1979	Cidade
32	Silveira Bueno	1987	Cidade
33	Moacyr Ribeiro de Carvalho	1987	Cidade
34	Eduardo de Almeida Navarro	2013 [2007]	Cidade
35	Cândida Barros & Antônio Luís Lessa (Orgs.)	2015 [1771]	Cidade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na lista de obras que consultei, note-se que todos os dicionários anônimos do século XVIII, provavelmente escritos por jesuítas, registram Mairi como cidade. Na Gramática da Língua Geral do Brasil, a palavra aparece em diálogos como “Açó amó mairipe raá, Oxalá que eu fosse á Cidade” (Anônimo, 2025 [1750], p. 122), “Açó amó mairipe, arure amó cauim. Se eu fora à Cidade, havia de trazer vinho” (Anônimo, 2025, p. 122) e “Mairi çui ajoré ramé, vindo eu da cidade” (2025, p. 138). No dicionário anônimo de 1756, consta: “Cidade tabuçú. alii: mairi” (Anônimo, vocabulário, [circa 1756], p. 131) e “Mairi. o lugar da cidade de grãm parã” (1756, p. 317). No outro dicionário anônimo, “Cidade. Tabuçú. V. Mairi” (Anônimo, século XVIII, p. 49)².

“Tabuçú” significa “taba grande”. Em Martius, consta “Mairy – cidade; civitas, urbs” (1863, p. 512). No *Vocabulário da Língua Indígena Geral, para o uso do seminário episcopal...*, o padre Seixas registrou: “Mairi, subs. F. Cidade, povoação de graduação superior a vila” (1853, p. 26). Em 1858, em seu compêndio da “língua brasílica”, o padre Francisco Raimundo Correia de Faria anotou “Mairy-oara, cidadão, o que mora na cidade” (1853, p. 24). Conforme informa o próprio religioso no prefácio da obra, ele estava atuando na antiga aldeia de Marabitanas, no alto rio Negro, em 1842, quando deu início às suas anotações sobre a língua geral amazônica.

Em sua *História do Brasil*, Roberth Southey se referiu ao costume das mulhe-

res Tupinambá de pedir miçangas aos franceses: “as primeiras palavras que costumavam dirigir a um francês eram: ‘Mair, tu és um bom homem, dá-me contas’” (1862, p. 340). José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), estudioso da língua tupi e falante do nheengatu, apresentou em sua obra *O selvagem* exemplos de frases com o uso dessa palavra. Assim, “Você anda nu na cidade?” era dita em nheengatu “Heutá será chirora ima mairípe?” (1876, p. 119) e “eu estou na cidade” se dizia “*xa ikó mairi upé*” (1876, p. 5). Em Sympson, a expressão “vim da cidade” é traduzida como “*cha iure mairy suhy*” (1877, p. 68, grifado no original) e, em Parissier, a tradução de “estou na cidade” (“*je suis dans la ville*”) é “*Xa ikó mairi upé*” (1903, p. 14, grifado no original).

Outro registro interessante é o de Curt Nimuendajú, que afirma que o significado de “Para Belém”, em Tembé e Turiwara, é “mairipe” (1914, p. 617). Por sua vez, Henrique Jorge Hurley apresenta Mairi como sendo “cidade” (1931, p. 330). Nesses dois casos, trata-se de dicionários da língua Tembé, povo que tem Maíra como herói-civilizador, e que Ivânia Neves (2022) aponta como herdeiros da crença “ancestral” na Belém Mairi, conforme veremos mais adiante. Nem Curt Nimuendajú, nem Hurley registram o significado “terra de Maíra”, conforme a autora defende. Em seu importante estudo sobre os Tapirapé, o antropólogo Herbert Baldus (1899-1970) registrou:

verifiquei, aliás, que os Tapirapé denominam com a palavra *mayra* (alguns pronunciam *maynga*) certas coisas recebidas dos brancos, quando querem distingui-las, pela sua procedência, dos seus próprios produtos. Assim, por exemplo, *mayra* era em Tampiitaua a miçanga ou qualquer medicamento obtido dos “civilizados” (1970, p. 39).

Assim, segundo o antropólogo, *mayra* era a palavra utilizada pelos Tapirapé para se referir a certos produtos recebidos dos brancos; era palavra associada aos brancos. Dizia ele que “nunca ouvi os Tapirapé empregarem o termo *mayra* para denominar os próprios brancos. Apesar disso pode ser que o usassem na minha ausência [...]” (1970, p. 39).

Muito embora sem comprovação documental, a poética de Belém Mairi se espalhou rapidamente, sendo reproduzida por outros pesquisadores. Em artigo de 2022, Bárbara Carvalho e Moara Tupinambá afirmam que

conforme destaca Figueiredo (2019), já se nota a presença indígena em Belém ao analisarmos o nome original da cidade, então denominada Mairi Tupinambá, nome primordial vigente no momento de grande emprego de mão-de-obra indí-

gena Tupinambá e de diversos outros povos que já estavam em Mairi muito antes de 1616 (2022, p. 158).

Moara Tupinambá é uma artista paraense, curadora, designer, ilustradora e ativista dos direitos indígenas. Possui formação na área de publicidade e propaganda. Sua retomada identitária como mulher indígena foi impulsionada a partir de sua mudança para São Paulo, onde “estar como ‘estrangeira’ fora da Amazônia a colocou em um lugar inesperado de alteridade que não lhe era exigido em seu local de origem” (Paula; Marques, 2023, p. 98). Muito embora divulgue amplamente o mito da Belém Mairi, Moara Tupinambá não apresenta nenhum relato de memória sobre Mairi vindo dos mais velhos desse povo e, quando afirma que este era “o nome original da cidade”, “nome primordial”, a autora remete a informação a Aldrin Figueiredo (2019).

No artigo “Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém”, Ivânia dos Santos Neves amplia a “Terra de Maíra”, um herói civilizador dos Tembé/Tenetehara, para a “região constituída hoje pelos estados do Pará, Maranhão e Amapá, antes da invasão europeia denominada de Mairi, território dos Tupinambá e dos povos Tupi” (2022, p. 178). Segundo a autora, essa palavra foi esvaziada de seu sentido original, Tupinambá, sendo modificada para cidade pelos colonizadores como parte de “uma significativa tecnologia de apagamento dos saberes dos povos colonizados” (Neves, 2022, p. 193). A autora argumenta que Thevet, muito embora tenha registrado os significados originais de Mair entre os Tupinambá, teria deturpado esse sentido, associando essa palavra aos franceses:

o Dispositivo Colonial, no entanto, como já referido, não estava interessado apenas na morte do corpo, as tecnologias de saber e poder agiam também no sentido de matar a memória. E é a partir dessa narrativa de Thevet que “Mair” passa a supostamente significar francês, em Tupi antigo, e Mairi deixa de ser o território Tupinambá, terra dos filhos de Maíra e passa a significar lugar dos franceses (Neves, 2022, pp. 196-197).³

Conforme se vê na teoria de Michel Foucault, inspiração teórica da autora, a ideia do “dispositivo” não está relacionada a um fazer calar ou ao silenciar. Ao contrário, trata-se de um mecanismo de produção de discursos, de um fazer falar. Foucault apresenta como condição para o exercício da genealogia “a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados”, paciência, oposição às teleologias e à pesquisa da origem (Foucault, 1982, pp. 15-16; Chaves, 2015). Thevet não afirma em nenhum momento de sua obra que Mair significava francês, estrangeiro. O que ele registrou foi que os Tupinambá associaram os franceses, espe-

cialmente, aos seus grandes Caraíbas, e que, vendo que eles faziam coisas maravilhosas, passaram a chamá-los de Mairs. Assim, esse viajante não estava matando a memória, mas sim, registrando-a em seu movimento de atualização. Por outro lado, a afirmação de que “Mairi deixa de ser o território Tupinambá, terra dos filhos de Maíra e passa a significar lugar dos franceses” carece de demonstração, pois nenhuma fonte documental indica que Mairi era o “território Tupinambá, terra dos filhos de Maíra”.

A associação que os próprios Tupinambá fizeram entre os franceses e Mairi revela o protagonismo desses indígenas ao atualizar sua cosmologia, inserindo nela a alteridade representada pelos estrangeiros. É o que ocorre, por exemplo, com a fortaleza de São José de Macapá, erguida no século XVIII, no Amapá, incorporada, na cosmologia dos Waiãpi, como sendo “Mairi, a casa de argila construída pelo herói criador Ianejar e pelos primeiros homens, para se protegerem do fogo e do dilúvio que, ciclicamente, destroem a humanidade” (Gallois, 1994, p. 17), sem relação com a suposta Belém Mairi. Da mesma forma, esses indígenas fazem referência ao fato de que Ianejar se utilizava de sangue para escrever. Segundo o mito, a prática da escrita teria sido recusada pelos Waiãpi e apropriada pelos brancos (Gallois, 1994, p. 42), que tomaram posse, também, da fortaleza. Conforme Manuela Carneiro da Cunha, exemplos como esse demonstram que, no mito, a opção foi oferecida aos indígenas que, “talvez escolheram mal. Mas fica salva a dignidade de terem moldado a própria história” (1998, p. 19).

A mesma lógica do silenciamento é reproduzida no artigo “Sobre o manto Tupinambá em Mairi: irrupções de memórias e pluralização do contemporâneo”, de Camille Nascimento da Silva Pinto e Ivânia dos Santos Neves (2024). Conforme sugere o título, já não se trata mais de Belém, mas de Mairi. As autoras afirmam que “o território que hoje conhecemos como Belém, era denominado de Mairy pelos Tupinambá”, e que “esta afirmação esteve presente nas narrativas orais destes povos, registradas em relatos de vários viajantes, representantes da igreja, antropólogos e outros sujeitos que conviveram com as sociedades indígenas” (2024, p. 92). O dicionário mais antigo consultado pelas autoras é o de Gonçalves Dias, de 1858, que apresenta “Mairy, cidade (talvez de Mari)” (Dias, 1858, p. 89), e o fato de que ele apresenta o verbete “mari” como “nome indígena de Olinda” (Dias, 1858, p. 93) não mereceu qualquer comentário das autoras, comprometidas com a crença de que se tratava do nome indígena primordial de Belém.

Dizem as autoras que consultaram doze dicionários e que encontraram

tanto traduções fundamentadas nos saberes Tupinambá como no discurso dos colonizadores, que forjam um sentido para Mairi, definindo-a como terra dos

franceses. Em contraponto a este silenciamento, tomamos como materialidades os murais “Território Mairi” e “Manto Tupinambá”, feitos em 2023 e 2024 pelo artista visual And Santtos na Universidade Federal do Pará, visibilizam como a ancestralidade indígena resiste nesta região (Pinto; Neves, 2024, p. 90).

De todo modo, o artigo não apresenta nenhuma tradução fundamentada nos saberes Tupinambá a qual demonstre que Mairi era o nome original de Belém. Da mesma forma, as autoras não demonstram a relação entre os murais pintados no espaço da Universidade Federal do Pará e a suposta memória ancestral sobre Mairi. Não apresentam, também, dados biográficos sobre o artista que pintou os murais os quais embelezam o prédio do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, nem sobre as condições de produção dessas obras. And Santtos é um artista visual brasileiro, autodidata, não-indígena, nascido no município de São Caetano de Olivelas, no Pará. Além disso, segundo as autoras, o mesmo Thevet que “apresentou na forma escrita a ancestralidade indígena” foi “o responsável pelo processo de silenciamento do enunciado Maire, ao afirmar que o significado vem do francês” (Pinto; Neves, 2024, p. 95). Contudo, em nenhum momento Thevet diz que Mairi “vem do francês”.

Segundo o geógrafo Saint-Clair C. Trindade Jr. afirma no texto “Mairi: a aura indígena da metrópole da floresta”, o que desperta curiosidade nos turistas os quais visitam a capital do Pará “infelizmente não é a Mairi, como era denominada a povoação tupinambá onde hoje se encontra plantada Belém, que ganha destaque na imagem atual que se busca reter da cidade” (2021, p. 1). Segundo ele, “a Mairi está materialmente soterrada, abaixo da Belém europeia e também da norte-americana” (2025, p. 1). No mesmo sentido, no artigo “De Belém do Pará à Mairi Tupinambá: retomada e afirmação da identidade indígena em contexto urbano (Belém – PA)”, o historiador Tony Leão da Costa (2022) analisa o processo de reafirmação étnica de determinados grupos na cidade de Belém. O título do artigo sugere o movimento que aponta para o caminho da retomada, o qual, enfim, retiraria a Mairi Tupinambá do silenciamento, devolvendo à Belém sua verdadeira identidade. Seria o reencontro de Belém com suas origens.

Segundo Neves e Pinto, a obra de Theodoro Sampaio (1855-1937) seria uma das “referências para outros pesquisadores antropólogos brasileiros que traduziram em seus dicionários o enunciado Mairi, com referência à ancestralidade indígena e não ao francês” (2024, p. 99), mas o autor considera Mair como o “apelido dos franceses entre os Tupis”, Mairy como “a cidade, a grande população” e Mairyara ou Mairy-wara como “o habitante da cidade, o cidadão” (1901, p. 138). Os

moradores da aldeia eram Taba-yára (1901, p. 69). De acordo com Theodoro Sampaio (1855-1937):

davam à cidade, aos povoados grandes como os europeus edificavam, o nome Mairy, de certo, depois que os franceses, *Mair*, começaram a frequentar a costa do Brasil e se estabeleceram em algumas partes dela; pois que o vocabulário mairy parece proceder de *mair rena*, reunião ou multidão de franceses.

O nome *Marim*, outrora aplicado à Olinda de Pernambuco, fundada por Duarte Coelho, é simples corruptela de *mairy*, cidade (Sampaio, 1901, p. 69).

Note-se, portanto, que Theodoro Sampaio (1855-1937) não faz qualquer referência à “ancestralidade indígena” referida pelas autoras. Na edição de 1955 da obra *O tupi na geografia nacional*, reeditada em 1987, Frederico Edelweiss (1892-1976) afirma, em nota de rodapé, que “está enganado o autor. No brasileiro e nhe-engatu davam a cidade de Belém do Pará o nome de Mairy. Depois, Mairy se generalizou, significando cidade”, conforme aponta Edelweiss em nota (Sampaio, 1987, p. 154). Opiniões semelhantes podem ser percebidas em outros autores. O padre José de Moraes, referindo-se à viagem de Francisco Caldeira Castelo Branco, registrou que o espaço onde se fundou Belém “era então povoação de índios Tupinambá, a que deram o nome de Mairy, que ainda hoje (1760 ou 1761) conserva entre o gentio da terra” (Moraes, 1860 [1759], p. 489). Em fins do século XIX, Arthur Vianna referiu que “erguia-se a humilde Mairy dos selvagens, reclinada à margem oriental da graciosa Bahia do Guajará” (Vianna, 1898, p. 2). Em 1919, M. Braga Ribeiro se referiu à “fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém, no mesmo lugar da antiga Mairy ou Mairó dos Tupinambás paraenses” (Ribeiro, 1919, p. 1). De todo modo, Moraes, Vianna e Ribeiro não indicam qualquer significado para a palavra mairi ou a razão pela qual esse povo assim nomeava sua povoação. O conjunto da documentação corrobora o que disse Cândido Mendes de Almeida (1878): Mairi denominava os diversos lugares ocupados ou frequentados por franceses, antes do domínio português, e que seguiram sendo assim denominados durante largos anos, tanto por indígenas quanto pelos demais habitantes das regiões vizinhas. Ao relatar sua viagem pelo rio Paru, três anos antes do registro de Arthur Vianna, M. De Carvalho afirmava que, entre os indígenas Aparay, “alguns dos seus termos são idênticos aos da língua geral e, assim, em ambas *para-tu* quer dizer prato, *sacy* dor, *mairy* cidade” (Carvalho, 1895, p. 2).

Para contestar a afirmação de que Mairi era o nome primordial de Belém, basta lembrar que a fundação de Olinda, em Pernambuco, ocorreu em 1535, portanto, 81 anos antes de Belém, fundada em 1616. E, como vimos, Olinda também

era chamada de Mairi. O próprio Edelweiss, que acreditava que essa palavra se difundiu a partir de Belém, explicava, em outra nota de rodapé, que “Mairi é o termo brasileiro e nheengatu para cidade” (Sampaio, 1987, p. 112).

O MITO DA BELÉM MAIRI E OS USOS PÚBLICOS DO PASSADO

De acordo com Lacouhe-Labarthe & Nancy, os mitos, “pela sua composição e pela linguagem que utilizam, procedem sempre de acumulação afirmativa, nunca, ou quase nunca, de argumentação. Trata-se de um amontoado, muitas vezes vago, de evidências (pelo menos dadas como tais) e de certezas incansavelmente repetidas” (2002, p. 38, traduzi). Dizem os autores que

uma ideia é elaborada, apoiada por qualquer coisa que pareça conveniente, sem análise, sem discutir objeções, sem fornecer referências. Não há conhecimento a estabelecer, nem pensamento a conquistar. Há apenas uma verdade já adquirida a declarar, toda disponível (Lacouhe-Labarthe; Nancy, 2002, p. 39, traduzi).

Trata-se, portanto, de uma espécie de ficcionalização, cujo objetivo é propor, se não impor, modelos ou “tipos à imitação dos quais um indivíduo – ou uma cidade ou um povoado inteiro – pode compreender a si mesmo e identificar-se” (2002, p. 27, traduzi). Por essa razão, a questão do mito é sempre indissociável da questão da arte, nem tanto porque o mito seja uma criação ou uma obra de arte coletiva, mas porque ele, como a obra de arte que o explora, é um instrumento de identificação. O mito é o “instrumento mimético por excelência” (2002, p. 27).

Se mitos de origem são geralmente situados em um tempo indefinido e possuem autoria indeterminada, o nascimento do mito da Belém Mairi pode ser situado no tempo histórico, documentado e com autoria conhecida. Conforme demonstrei ao longo desse artigo, muito embora fosse uma palavra utilizada pelos nativos, Mairi não era a cidade dos Tupinambá; não nominava o território anterior à chegada dos europeus, mas sim o espaço colonizado ou frequentado pelos franceses. Mairi já era a experiência colonial, de exploração das populações indígenas, mas também de alianças e trocas.

A existência de Belém Mairi, a cidade primordial dos Tupinambá, tem sido imposta pela repetição, pela adesão imediata e sem reservas do sonhador ao sonho, que transforma a crença em uma medida de verdade, mesmo contra toda evidência documental. Assim, a crença no mito se transforma em uma profissão de fé, com a permanente produção de uma simbologia que alcance a experiência vivida dos sujeitos (eventos, murais, músicas, nomes de lugares, espetáculos tea-

trais) que operem a realização do sonho de identificação (Lacouhe-Labarthe; Nancy, 2002).

No primeiro capítulo do livro *Apologia da história ou o ofício do historiador*, March Bloch dedicou um tópico ao que ele chamou de “O ídolo das origens”. Dizia ele que

naturalmente cara a homens que fazem do passado seu principal tema de estudos de pesquisa, a explicação do mais próximo pelo mais distante dominou nossos estudos às vezes até à hipnose. Sob sua forma mais característica, esse ídolo da tribo dos historiadores tem um nome: é a obsessão das origens (2001 [1944], p. 56).

O grande problema seria tratar as origens como “um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo” (2001 [1944], p. 57). A história enquanto ciência teria herdado essa “obsessão embrionária” do romantismo alemão. Porém, na filosofia o fenômeno é anterior. Analisando a formação do pensamento positivo na Grécia arcaica, Jean-Pierre Vernant afirma que, em determinado momento desse processo, “compreender era achar o pai e a mãe: desenhar a árvore genealógica” (1990, p. 450). Assim tem sido tratada a afirmação de que Mairi seria o nome original de Belém: como um começo que explica, e que basta para explicar, mesmo contra todas as evidências documentais. Como disse Foucault, pesquisar a origem “é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira” (1982, p. 17).

De acordo com March Bloch (1886-1944), não se pode “confundir uma filiação com uma explicação” (2001, p. 58), e nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. No caso de Mairi, sequer há filiação, mas invenção, no sentido de Hobsbawm e Ranger (2002). Por fim, Bloch lembra o provérbio árabe segundo o qual “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (2001 [1944], p. 60). Os Tupinambá, que atualizaram o sentido da palavra Mairi, associando-a aos franceses e às suas maravilhas, agiam mais de acordo com seu próprio tempo do que com o tempo de seus pais. Da mesma forma, a invenção da cidade Tupinambá ancestral nos remete às questões do nosso próprio tempo, em que a noção de ancestralidade se tornou palavra-chave nos discursos de identidade e de reivindicação de direitos.

Conforme afirmava Foucault, a preocupação com a origem revela a concepção de que, no começo de todas as coisas, se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial:

gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra

da primeira manhã. A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia (1982, p. 18).

Assim, as fissuras do discurso, as discontinuidades, as distorções, a falta de evidência documental, as falhas na apreciação dos documentos, a idealização da história indígena compõem a esfera do não dito, de modo a afirmar a ficção da grande continuidade que faz crer que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, e que neste não falta ancestralidade. De acordo com Bauer & Nicolazzi, “para além das questões de ordem epistemológica, o tema dos usos públicos da história têm levado os historiadores a refletirem sobre sua própria prática em termos da função social e suas respectivas consequências políticas” (2016, p. 808). Penso que o debate sobre a suposta Belém Mairi Tupinambá propõe uma reflexão sobre memória, identidade e usos públicos do passado, bem como sobre os modos como o passado costuma ser utilizado para legitimar discursos no presente, influenciando a opinião pública e construindo identidade coletivas.

A partir da afirmação de que, “antes da chegada dos portugueses, em janeiro de 1616, os Tupinambá chamavam de Mairi o local onde hoje está o núcleo urbano de Belém” (Figueiredo, 2019, p. 22), diversas pessoas começaram a reivindicar a identidade Tupinambá de Mairi, denunciando o apagamento dessa imaginada cidade primordial. Nesse contexto, artistas, pesquisadores de diversas áreas, indígenas em retomada de sua identidade étnica, além de proprietários de estabelecimentos comerciais, passaram a se apropriar do mito, acrescentando a ele novos elementos, ampliando a territorialidade da suposta Belém Mairi até o Maranhão ou transformando-a na terra dos filhos de Maíra, tida como uma divindade. Esses diferentes discursos ampliam o campo de embates que são travados nos combates pela memória.

O que a documentação da época revela não é o apagamento colonial de Mairi Tupinambá, mas a habilidade desse povo em atualizar sua cosmologia, inserindo em suas narrativas míticas os franceses e as transformações que eles operavam. Nesse sentido, nomear como Mairi os espaços ocupados ou frequentados por franceses revela o protagonismo dos Tupinambá, não seu apagamento. Os Tupinambá, que deixaram tantas marcas na paisagem cultural de Belém, da Amazônia e do Brasil, seguem vivos em estados como Bahia e Pará, e muitos deles estão vivenciando processos legítimos de retomada étnica, realizando a “viagem da volta” (Oliveira, 2004), de modo a se libertar do verdadeiro apagamento que incidiu so-

bre diversos povos indígenas do Brasil, o que negou a eles sua identidade étnica, transformando-os em “descendentes de índios” ou “caboclos”.

Conforme demonstrei com a documentação aqui analisada, o mito da Mairi Tupinambá primordial, anterior à Belém, tem se afirmado pela acumulação afirmativa, por certezas incansavelmente repetidas nos mais diversos suportes discursivos e recursos performáticos, sem que seus propagadores se disponham a realizar uma operação básica do ofício de historiador: checar as fontes. Propagado inicialmente por um historiador de ofício, esse mito se espalhou rapidamente. Por certo, justamente por ter sido divulgado por um profissional reconhecido em determinado ofício, “reconhecido e legitimado pelas formas sociais, institucionais e epistemológicas que determinam este ofício: um diploma, uma profissão regulamentada, a autoridade conferida pelos pares, o respeito aos protocolos teórico-metodológicos que definem a prática etc.” (Bauer; Nicolazzi, 2016, p. 819). A autoridade do discurso do historiador também provém disso, mesmo que nem sempre ele atenda plenamente a todos esses requisitos.

Por outro lado, não sendo a narrativa histórica monopólio de uma categoria, o mito de Belém Mairi passou a ser utilizado de diferentes formas, por diferentes sujeitos, fazendo-se presente em espaços acadêmicos, nas áreas de Letras e Artes, no Teatro, na música, nos estabelecimentos comerciais e na reivindicação identitária de determinados grupos. Nesse sentido, a atuação do historiador corre o risco de se confundir com a do memorialista, em busca de mitos consoladores, de certidões de batismo. A invenção do mito de Belém Mairi nos permite refletir sobre a função social do historiador, pois, ao falar sobre o passado, ele age sobre o presente, o que revela a dimensão política desse ofício. Como diz a velha máxima que circula entre os historiadores, toda história é história contemporânea. O mito da Belém Mairi nos permite examinar criticamente a circulação de narrativas sobre o passado na esfera pública, assim como refletir sobre os usos e abusos do passado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cândido de. Por que razão os indígenas do nosso litoral chamavam aos franceses Mair e aos portugueses Però. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., do Brasil, t. XLI, 2ª parte, pp. 71-141, 1878.
- ANÔNIMO. *Dicionário de língua geral amazônica*. Primeira transcrição por Gabriel Prudente. Edição diplomática, revisada e ampliada com comentários e anexos por Wolf Dietrich, Ruth Monserrat e Jean-Claude Muller. Potsdam: Universitätsverlag Potsdam; Belém, PR: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019.

- ANÔNIMO. Gramatica da lingua geral do Brazil, com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua [manuscrito] [1750]; Ms. 69. Coimbra (Quelle: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra); Transcrição, edição comentada e análise linguística por Wolff Dietrich, 2025 [1750]. Disponível em: <https://am.uc.pt/bib-geral/item/56551>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- ANÔNIMO. Vocabulário da língua Brazil. Códice 3143. Lisboa (Biblioteca Nacional de Portugal). [circa 1756].
- BALDUS, Herbert. *Tapirapé: tribo tupi no Brasil central*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- BARBOSA, Pe. Antonio Lemos. *Pequeno Vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
- BARROS, Cândida; LESSA, Antônio Luís (Orgs.). *Dicionário da Língua Geral do Brasil*. Belém: MPEG, 2015 [1771].
- BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, pp. 807-835, set./dez. 2016.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001 [1944].
- BOUDIN, Max H. *Dicionário de Tupi Moderno* (dialetos tembé-tênêthar do alto do rio Gurupi). Vol. I. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- BUENO, Silveira. *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. 5ª Ed. Revista e aumentada. São Paulo: Brasiliavros Editora e Distribuidora Ltda., 1987.
- CARVALHO, Bárbara Xavier; TUPINAMBÁ, Moara. Belém do Pará: monumentos lusitanos sobre uma memória tupinambá. In: DUARTE-FEITOZA, Paulo H.; SÁ, Rubens Pilegi da Silva (Orgs.). *Arte e monumentos: entre o esquecimento e a memória*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. pp. 153-170.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, M. de. Tentativa de exploração ao rio Paru. *Diário de Notícias*, Belém, p. 2, 5 abr. 1895.
- CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. *Dicionário tupi (antigo) – português*. Salvador: [s.n.], 1987.
- CHAVES, Ernani. Ursprung, Herkunft, Entstehung: pour une généalogie de Nietzsche, la généalogie, l'histoire, de Michel Foucault. In: D'IORIO, Paolo et al. (Orgs.). *Prospettive: Ommagio a Giuliano Campioni*. Pisa: Edizione ETS, 2015. pp. 341-346.
- COSTA, Tony Leão da. *De Belém do Pará à Mairi Tupinambá: retomada e afirmação da identidade indígena em contexto urbano* (Belém-PA). In: PANDEMIA E FUTUROS POSSÍVEIS: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, XVI, 2022, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. pp. 1-15.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 9-24.
- DIAS, Antonio Gonçalves. *Diccionario da Lingua Tupy, chamada Língua Geral dos Indígenas do Brazil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858.
- DIAS, Antonio Gonçalves. Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, 3ª série, n. 16, pp. 553-576, 1854.
- DURÃO, Fr. José de Santa Rita. *Caramuru*. Poema épico do descobrimento da Bahia. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1781.
- FARIA, Francisco Raimundo Correia de. *Compendio da lingua brazilica*: para uzo dos que a ella se quizerem dedicar. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1858.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Mairi dos Tupinambá e Belém dos Portugueses: encontro e confronto de memórias. In: SARGES, Maria de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; AMORIM, Maria Adelina (Orgs.). *O imenso Portugal*: estudos luso-amazônicos. Vol. I. Belém: UFPA; Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2019. pp. 19-41.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. *Mairi Revisitada*: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi. São Paulo: NHII-USP; FAPESP, 1994.
- GUIMARÃES, João Joaquim da Silva. *Diccionario da Língua Geral dos Indios do Brasil*. Bahia, Typ. de Camillo de Lellis Masson & Cia., 1854.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HURLEY, Henrique Jorge. Vocabulario Tupy-Portuguez falado pelos Tembés dos rios Gurupy e Guamá, do Pará. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, separata do t. XVII (parte I), pp. 323-351, 1931.
- KISSEMBERTH, Wilhelm. *Beitrag zur Kenntnis der Tapirapé-Indianer*. Baessler-Archiv VI, Heft 1/2. Leipzig e Berlin: B.G. Teubner, 1916.
- LACOUHE-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *El mito nazi*. Rubí (Barcelona): Anthropol Editorial, 2002.
- LERY, João de. *Historia de uma Viagem feita á Terra do Brasil*. Traduzida por Tristão de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1889 [1578].
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typ da Reforma, 1876.
- MARANHÃO, Frei Francisco de N. S. dos Prazeres. *Poranduba maranhense ou relação histórica da província do Maranhão*. São Luís: Separata da Revista de Geografia e História, 1947.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philips von. *Glossaria-Linguarum Brasiliensium*: Glossários e diversas Lingoas e dialectos, que fallão os índios no Império do Brazil. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863.

- MASUCCI, Oberdan. *Dicionário Tupi Português e Vice-versa*. Rio de Janeiro: Brasili-vros, 1979.
- MATTA, Alfredo Augusto da. *Vocabulário amazonense: contribuição para o seu estado*. Manaus: IGHA, 1939.
- MORAES, Padre José de. *História da Companhia de Jesus na extincta provincia do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio de Brito & Braga, 1860.
- MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013 [2007].
- NEVES, Ivânia dos Santos. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. *Policromias: Revista do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pp. 178-205, jan.-abr. 2022.
- NIMUENDAJÚ-UNKEL, Curt. Sagen der Tembé-Indianer. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, XLVII, pp. 281-301, 1915.
- NIMUENDAJÚ-UNKEL, Curt. Vocabularios da Lingua Geral do Brazil nos dialectos dos Manajé do Rio Ararandéua, Tembé do Rio Acará Pequeno e Turiwara do Rio Acará Grande, Est. do Pará. *Zeitschrift für Ethnologie*, 46, pp. 615-618, 1914.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED, 2004.
- PARISSIER, J. B. *Essai de Lingua Geral ou Tupi (Amazonie)*. Paris: Maisonneuve Frères Éditeurs, 1903.
- PAULA, Leandro Raphael de; MARQUES, Jane. “Cabeça de peixe é bom pra memória”: retomada na obra de Moara Tupinambá. *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens*, v. 7, n. 2, pp. 90-108, 2º sem. 2023.
- PEREIRA, Manuel Nunes. *Moronguetá: um Decameron indígena*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.
- PINTO, Camille Nascimento da Silva; NEVES, Ivânia dos Santos. Sobre o manto Tupinambá em Mairi: irrupções de memórias e pluralização do contemporâneo. *Revista acta semiótica et Linguística*, v. 31, n. II, pp. 90-111, 2024.
- QUATROCENTOS ANOS... *Revista do Professor*, São Paulo, fev. 1954, Ano XII, n. 19, p. 1. Matéria avulsa.
- RECALDE, Juan Francisco. Estudo crítico sobre “Têrmos tupís no português do Brasil”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. XLII, São Paulo, pp. 39-77, 1937.
- RIBEIRO, M. Braga. História do Pará. *Estado do Pará*, Belém, 26 dez. 1919.
- SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geographia Nacional: Memória lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo*. São Paulo: Casa Eclectica, 1901.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. Introdução e notas de Frederico G. Edelweiss. 5ª Ed. São-Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

- SEIXAS, Padre Manoel Justiniano de. *Vocabulário da Língua Indígena Geral, para o uso do Seminário Episcopal do Pará* 1853. Pará: Typ. De Mattos & Cia., 1853.
- SYMPSON, Pedro Luiz. *Grammatica da lingua brazilica geral, fallada pelos aborígenes das provincias do Pará e Amazonas*. Manáos: Typographia do Commercio do Amazonas, 1877.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brazil*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.
- STADEN, Hans. *Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900 [1557].
- STEINEN, Karl von den. *Durch Central-Brasilien*. Leipzig: [F.A. Brockhaus], 1886.
- STRADELLI, Ermano. Vocabularios da lingua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú-portuguez, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em lingua geral nheêngatú porandua. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. 104, v. 158, pp. 9-768, 1929.
- THEVET, André. *A Cosmografia Universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei*. Fundação Darcy Ribeiro: Rio de Janeiro, 2009 [1575].
- THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018 [1557].
- TRINDADE JR. Saint-Clair. Mairi: a aura indígena da metrópole da floresta. 14 jan. 2021. Disponível em: <https://ihgp.net.br/portalihg/index.php/mairi-a-aura-indigena-da-metropole-da-floresta>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal*. T. I. 2ª Ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VIANNA, Arthur. Fastos da Amazônia. *O Pará*, Belém, p. 2, 20 jan. 1898.

NOTAS

¹ Bolsista de produtividade do CNPq.

² Agradeço a Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente pela indicação dessa referência.

³ Segundo Herberth Baldus, “na mitologia tembé, a palavra Maíra também aparece como nome do herói-civilizador, ainda que este ente se distinga consideravelmente do Maire-Monan dos Tupinambá” (1970, p. 40). A referência de Baldus para essa distinção entre Maíra e Maire-Monan é Curt Nimuendajú (1915).

Declaração de disponibilidade de dados:

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Editor responsável: César Augusto Bulboz Queirós.

Artigo submetido em 10 de setembro de 2025.

Aprovado em 19 de março de 2026.

